

O empreendedorismo educativo dos Jesuítas

*A primeira rede de ensino,
na história da educação,
estendida de Oriente
a Ocidente,
é a da Companhia
de Jesus, pelo que é
inegável o seu pioneirismo
e capacidade estratégica
de expansão no território.*

*Alguns homens vêem as coisas como são, e pergun-
tam: «Porquê?»*

*Eu sonho com as coisas que nunca existiram e per-
gunto: «Por que não?»*

GEORGE BERNARD SHAW

1. Introdução: conceito de empreendedorismo

A partir de um conceito de empreendedorismo, os autores José Eduardo Franco e Maria Isabel Morán Cabanas destrinçam o percurso educativo percorrido pela Companhia de Jesus desde a sua fundação, no século XVI, à sua extinção, no século XVIII. Em primeiro lugar, há que ter em linha de conta que a obra de Chris Lowney, referenciando a Companhia ou Sociedade de Jesus como uma empresa, nos ajuda a adequar este conceito às inúmeras atividades dos inicianos. Citado em epígrafe, jamais este autor é deixado de lado na análise a que os autores se propõem, servindo de esteio ao seu pensamento. Do vocabulário da Companhia sempre fizeram parte os itens principais dos empreendedores de excelência, que Lowney cita como sendo a força de vontade, a energia, as estratégias e até mesmo

Fernanda Santos

*Doutora em História
pela Universidade Federal
de Santa Catarina (Brasil)*

¹ Artigo de Recensão da obra de FRANCO, José Eduardo, CABANAS, Maria Isabel Morán, *Empreendedorismo Educativo dos Jesuítas no Portugal Moderno: Polémicas, Realidades e Imagens*, Coimbra, Grácio Editor, 2012, 146 pp.

FERNANDA SANTOS

a rapidez. Uma celeridade que se exigia nos terrenos para onde emigravam e onde missionavam, uma rapidez associada ao conceito de acomodação, ou adequação de meios às situações.

Requer-se, por isso, a um grande empreendedor, um espírito motivado, mas também munido de táticas e estratégias, para a longo prazo construir a sua empresa. Segundo Emanuel Leite (2000), nas qualidades pessoais de um empreendedor, entre muitas, destacam-se a iniciativa, a visão, a coragem, a firmeza, a capacidade de decisão, a capacidade de organização e direção.

Os números não mentem, para Lowney: no final do século XVIII, a Companhia detinha um invejável monopólio de setecentos colégios e escolas secundárias espalhadas pelos cinco continentes. Quase vinte por cento dos europeus que seguiam estudos clássicos de nível superior eram educados pelos jesuítas. São estes aspectos que levam Eduardo Lourenço a considerar a Companhia de Jesus como uma ilustração cabal da história das empresas humanas: «Em apenas meia dúzia de anos as singulares aves do céu que serão conhecidas no século pelo carismático e suspeito batismo de jesuítas estenderão suas asas de Roma a Baía e S. Vicente, do outro lado do Atlântico, e de Lisboa ou de Ratisbona, a Goa e a Yamagushi. Pouco mais são então que os Apóstolos e como apóstolos são tidos, admirados e em breve, temidos» (LOURENÇO, 1992, p. 47).

A Companhia de Jesus nunca deixou de ser objeto de pesquisa, de estudo e de críticas na historiografia, o que bem mostra que as polémicas em torno das suas atividades nunca cessaram. Atualmente, as obras produzidas tentam fugir a tendências filo ou antijesuíticas, na tentativa de prescrutar novos caminhos, desbravando os múltiplos percursos que a Ordem seguiu, não só do ponto de vista espiritual e do ensino, mas também analisando comparativamente as metodologias missionárias, dentro e fora da Europa. É necessário situar a Companhia de Jesus face às culturas europeia e não europeia para se poder redimensionar a influência que a mesma exerceu sobre as diferentes sociedades (MANSO, 2005, p. 163). Não apresentando novidades aos mais recentes estudos da Companhia de Jesus, objeto de debates historiográficos das mais variadas frentes, ressalta-se, nesta obra, a publicação de um importante documento intitulado *Información en la causa de los estudios de Portugal / Informação sobre a causa dos estudos no Reino de Portugal (Representação dos Jesuítas Portugueses ao Rei de Espanha)*. O autor do documento é muito provavelmente um professor jesuíta português ou da província portuguesa dos jesuítas, talvez professor na Universidade de Évora. O impresso editado, conforme explicam os autores da obra, teve como objetivo fundamental defender os colégios da Companhia de Jesus da crítica dos seus adversários, utilizando a metodologia das disputas escolásticas, refutando os argumentos da parte contrária. O texto faz ver a necessidade de acabar com o monopólio do saber nas mãos de uma minoria e na obrigação de preparar os que têm a seu cargo a administração da justiça, tanto eclesiástica como civil. Este é também um texto que abre perspectivas a favor do empreendedorismo dos Jesuítas, o tema central da obra. Curiosa a acusação que recai sobre a Companhia, de que o ensino prejudicava as atividades económicas e militares, era inútil para a prosperidade e afirmação do reino, alimentava a preguiça dos jovens, enfim, que desviava preciosos recursos ao Estado. A noção de que o trabalho produtivo ligado à produção de capital daria frutos a longo prazo, ao contrário do estudo, que ape-

nas serviria para desviar recursos, foi um tópico em discussão que perduraria por séculos, a célebre oposição entre Armas e Letras, que percorreu os séculos XVI e XVII com prolongamento até ao século XVIII. Para além disso, a noção medievalista e estamental de que o conhecimento e o eruditismo estavam ligados a um segmento minoritário da população, constituído por um escol nobiliárquico, eclesiástico e letrado, deixa entrever que a tentativa da sua generalização, na sociedade, suscitaria críticas acesas.

A publicação de um documento com este carácter, para os mais diversos estudiosos e pesquisadores, representa uma mais-valia no deslinde do pensamento moderno dos Jesuítas, tantas vezes acusados de retrógados, pela importância atribuída ao ensino e à educação, revelando uma visão avançada para o aperfeiçoamento do homem e da sociedade. Evidentemente que os colégios divulgaram normas tendo em vista a um modelo cultural, de padrões distintivos, dentro de um ideal de excelência humana. Mais à frente, o autor reitera que Deus atribuíra à Companhia essa função magnânime de fundar escolas: «E este foi um dos principais efeitos para os que Deus levantou a Companhia nestes tempos: com particular instituto de ter escolas como tem» (FRANCO, CABANAS, 2012, *passim*, p. 84).

Fazendo um histórico do conceito de empreendedorismo, a palavra empreendedor (*entrepreneur*) surgiu em França por volta dos séculos XVII e XVIII, com o objetivo de designar aquelas pessoas ousadas que estimulavam o progresso económico, mediante novas e melhores formas de agir. Entretanto, foi o economista francês Jean-Baptiste Say (1737-1832) que no início do século XIX conceituou o empreendedor como o indivíduo capaz de mover recursos económicos de uma área de baixa para outra de maior produtividade e retorno. O empreendedor é o agente de mudança na economia. Posteriormente, Peter Ferdinand Drucker (1970), considerado «o pai da administração moderna», é que amplia a definição proposta por Jean-Baptiste Say, descrevendo os empreendedores como aqueles que aproveitam as oportunidades para criar as mudanças.

2. Rede de colégios jesuítas: ascensão meteórica da Companhia versus catequese antijesuítica

A partir destas definições, por certo entendemos o título que os autores escolheram para a sua obra, que ao longo do texto nos vai sendo justificado. A primeira rede de ensino, na história da educação, estendida de Oriente a Ocidente, é a da Companhia de Jesus, pelo que é inegável o seu pioneirismo e capacidade estratégica de expansão no território. Não deixa de ser marcado pelos autores que este sucesso meteórico dos Jesuítas levantou problemas concorrenciais com outras ordens religiosas e ainda mais com os diversos estados europeus, o que em Portugal levaria à sua expulsão, pelo Marquês de Pombal. Conforme se afirma, não é intenção da obra isolar cada um destes confrontos, separando por camadas os acontecimentos: «Ora, não é possível isolar de forma perfeita os debates e as disputas acerca da instrução, metodologia didática ou princípios pedagógicos, das clivagens entre paradigmas culturais e conceções políticas, nem da ideia de homem e de sociedade a estas subjacentes» (p. 15). Todavia, ficam nítidos inúmeros confrontos entre a Companhia e o

FERNANDA SANTOS

poder vigente, como os receios por parte da universidade coimbrã de que estes tomassem o poder. O «panfletismo antijesuítico» nunca cessou de singrar ao longo dos séculos (p. 25), culpando-se sistematicamente a Companhia pela decadência do ensino em Portugal. A tônica acentuada era também a de que a Companhia desviava mão-de obra fundamental (agrícola, comercial, oficial, militar) para ensinar Teologia, Artes, Letras.

A mesma ideia aparece no capítulo em que os autores dão conta daquilo a que chamam «catequese antijesuítica», debruçando-se sobre a «estilização das imagens». Os textos de cariz antijesuítico contribuíram para «estilizar uma imagem da Companhia como instituição total, solipsista, malfazeja da Igreja e até voraz da própria humanidade» (p. 57). Do outro lado da barricada, temos uma historiografia filojesuítica que apenas coloca a tônica nos aspectos positivos da ação dos Jesuítas. Esta produção bibliográfica tem sobretudo um caráter laudatório da Companhia. Como os autores indicam, estes são diálogos possíveis, que «fazem parte da história das mentalidades nacionais e internacionais e representam, em definitivo, processos de legitimação de práticas sociais e políticas» (p. 59).

O século XVI assistiu a uma intensa globalização das estruturas educativas, graças às ordens religiosas, em particular os inicianos, e, na conceção de Pierra Chaunu, à «descompartimentação do mundo» (LÉON, 1981, pp. 11-12). Do espírito empreendedor jesuítico fez parte um traçar de metas, uma atualização de conhecimentos permanente. Como os autores bem analisam, os Jesuítas constituíram um grupo de empreendedores que não se limitaram aos seus próprios talentos pessoais e intelectuais para levar a cabo o ato de empreender, mas que mobilizaram recursos externos, valorizando a interdisciplinaridade do conhecimento e da experiência, para alcançar os seus objetivos. Deste modo classificativo, entendemos, na obra, que os Jesuítas fizeram valer o seu projeto educativo à custa de um enorme esforço, atraindo benfeitores dos mais diversos quadrantes. Caberia aqui a definição de empreendedor de Joseph Schumpeter (1950), como alguém versátil, que possui as habilidades técnicas para saber produzir, reunir recursos financeiros e organizar as operações internas.

2. *Embates e confrontos da Companhia de Jesus*

Em 1967 Kenneth E. Knight e em 1970 Peter Drucker introduzem o conceito de risco no empreendedorismo. Se nos lembrarmos de que a Companhia de Jesus nasceu enraizada no processo de Reforma católica e que a estratégia política expansionista do Império português, com os seus objetivos religiosos e económicos, encontrou na Igreja católica um instrumento de expansão, povoamento e colonização, entendemos que os inicianos não cessaram de correr riscos de Oriente a Ocidente, na tentativa de criarem uma mundividência nova. Esta foi uma característica que marcou a sua caminhada histórica ao longo dos séculos, sendo que o seu estatuto missionário se ancorou na palavra e no mandato do Evangelho. As missões nasceram, neste contexto, com naturalidade no solo da Igreja, em geral, e das Ordens em particular.

Uma das definições mais aceites hoje em dia é dada pelo estudioso de empreendedorismo, Robert D. Hisrich, na sua obra intitulada *Empreendedorismo* (2009). Se-

gundo ele, o empreendedorismo é o processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas da satisfação económica e pessoal. Nesta definição, podemos encontrar também o projeto educativo dos Jesuítas. O empreendedor tem um novo olhar sobre o mundo à medida que valoriza as suas experiências, toma decisões, abre novas trilhas, explora novos conhecimentos, define objetivos. É um pioneiro por excelência. A ambição faz parte deste leque de atributos. Na análise dos autores, as cifras não mentem, quando afirmam que foram formados, desde os inícios de Seiscentos até à expulsão da Ordem, cerca de vinte mil alunos por ano. Depois da expulsão, em 1759, essa cifra só viria a ser atingida em Portugal nas últimas décadas do século XIX (p. 20). Conforme afirma Lowney, a Companhia nunca antes dirigira uma escola, conseguindo pôr a funcionar trinta colégios em menos de uma década. No final do século XVIII, tinham setecentos colégios e escolas secundárias espalhadas pelos cinco continentes. De acordo com a estimativa, quase vinte por cento dos europeus que seguiam estudos clássicos de nível superior eram educados pelos Jesuítas.

Confronto foi outra palavra de ordem na história dos inicianos, que constantemente se debateram com opositores, graças ao acúmulo de riquezas e ao capital económico gerado. Também o capital cultural teve custos para a Companhia. A modelação de um novo homem e o crescente acesso às letras de um número cada vez mais amplo de discentes «empreendeu-se à custa do afrontamento de uma mentalidade adversa e da gestão e superação (ou não) de uma trama complexa de tensões, conflitos e interesses» (p. 21). São estes confrontos que levaram a que a historiografia marcasse os Jesuítas como heróis, por um lado, e como manipuladores vis, por outro. Como em qualquer outro tema da História, não há nunca uma via única de interpretação dos acontecimentos. A História tanto colocou a tónica nos grandes feitos da Companhia como denegriu severamente os seus padres, como bem referem os autores da obra. Na linha de pensamento de Jonathan Wrieth, «nunca houve um único *ethos* jesuíta, que, com facilidade, convidasse ao elogio ou à condenação plenos» (2006, p. 20). Estes aspectos de mito e contramito, as caricaturas opostas dos Jesuítas como criminosos ou como heróis santificados, bem como a forma como entraram ou saíram de moda, representam a essência da história da Companhia.

4. *A causa dos estudos em Portugal: análise de um documento*

O capítulo II de *Información en la causa de los estudios de Portugal / Informação sobre a causa dos estudos no Reino de Portugal* cita a dado passo que as divinas letras ensinam que «deixando o homem de cultivar a razão e entendimento, cai ao mesmo passo do supremo grau de homem ao ínfimo de brutas bestas» (p. 80). A argumentação do autor recorre ainda a um argumento de *status*: foram os estudos que prestigiaram os grandes impérios, tendo sido sempre acolhidos pelos seus imperadores, como Trajano e Carlos Magno, que sempre favoreceram as artes (p. 81). Também Sigismundo, rei da Polónia, e Henrique IV, rei de França, apostaram em modelos de governação que privilegiaram as letras e as artes. A pergunta de fundo que o autor

FERNANDA SANTOS

jesuíta propõe é a seguinte: como construir uma grande nação sem instrução, se todos os grandes reinos investiram largamente neste propósito? Confrontados com este pensamento, somos levados a pensar que, no tempo atual, faria falta mais jesuítas como este, que alertassem que uma nação não se constrói apenas com trabalho braçal, manual, cultivando a terra, ou com trabalho técnico, mas também com o estudo das letras, das artes e das ciências, que fazem, afinal, um país progredir. O desprezo por estes estudos que as atuais tendências governativas têm vindo a mostrar são fruto de uma ignorância que a Companhia de Jesus coloca a nu no século XVII. Podemos por isso constatar que um empreendedor é, antes de mais nada, alguém que investe no seu país, que toma as rédeas na denúncia e na resolução dos problemas, e nos faz crer que podem existir soluções.

Abre-se aqui um parênteses para dizer que o século XVII conheceu um dos períodos mais florescentes e de maior repercussão internacional da cultura portuguesa, graças também às atividades dos mestres da Companhia de Jesus e do *Curso Conimbricense*, focado pelos autores José Eduardo Franco e Maria Isabel Morán Cabanas. O jesuíta autor do manuscrito que ambos publicam coloca a tônica na atividade do colégio de Santo Antão, onde efetivamente se debatiam as grandes questões científicas do seu tempo, nelas incluindo as teorias de Galileu. Os teóricos do século XVIII vão ser detratores destes conhecimentos, diabolizando o período anterior, e tendo como culpada mor a Companhia de Jesus, mais a sua atividade científica e pedagógica (CALAFATE, 2012, p. 108). Diz o autor que, sem os estudos de Santo Antão, os moços de Lisboa «andariam descarrilados, como gado sem pastor, feitos filhos pródigos em todos os vícios a que a natureza depravada com o fervor do sangue inclina, e principalmente os cavaleiros, como mais ociosos, apetitosos e atrevidos?» (p. 92).

À Ordem inaciana, bem como a todo o mundo eclesiástico, cabia essencialmente, a seu ver, incrementar, e não diminuir, estas escolas e com isso alargar os conhecimentos a um leque maior de pessoas. Pelo contrário, os príncipes bárbaros e tiranos quiseram excluir as escolas, diminuir a sua frequência, e com isso enfraquecer as nações. Isso explica que «os godos e outras nações bárbaras setentrionais, quando venceram a potência do Império Romano e se assenhorearam de muitas das suas províncias, por um grande espaço de tempo juntamente fundiram e escureceram todas as boas letras, artes e ciências» (p. 85). Deste modo, acusa «turcos, mouros e bárbaros» de só terem as armas como defesa, e nunca o conhecimento e a instrução. Mais uma vez aparece explicitada a ideia de que o ensino é um instrumento eficaz de luta, a longo prazo, uma intuição que os Jesuítas sempre mostraram ter, na sua atividade de ensino e missão. Neste âmbito, acusa o próprio Lutero de ser contra os estudos. Evidentemente que, conforme o seu ideário religioso, os Jesuítas continuaram a fomentar o seu escopo de luta contra o protestantismo.

Outro aspecto em que o documento mostra um avanço considerável, em termos de pensamento moderno, é a questão da elaboração de uma imagem de Portugal. A comparação com os reinos de Espanha e França e o número de estudantes que a Companhia possuía, em questão de proporção, é curiosa, na medida em que mostra uma consciência da Europa bastante pertinente e assertiva: «E, ainda que comparado a todo o resto de Espanha ou a toda França, seja pequeno, não o é considerado em si. E, embora o fosse absolutamente, de nenhuma maneira se pode verificar que o seja

com respeito aos estudos que tem: antes lhe fica largura, capacidade e faculdade para outros tantos mais» (p. 90). Argumenta-se ainda que Portugal é um país gigante pelas suas conquistas, «em toda a costa do mar Oceano, de África e Ásia, e do Brasil e infinitas ilhas até às últimas de Japão», partes nas quais se deve propagar o Evangelho, para conversão e salvação das almas. O tamanho de Portugal não constitui, por isso mesmo, obstáculo ao número de estudiosos e à sua formação, devendo até ser aumentado. No que diz respeito a clérigos, o autor defende que a sua formação, e consequente aumento, tenha como consequência cultivar uma maior quantidade de almas. Defende-se ainda que as letras não devem ser privilégio de uma minoria, mas também os pobres devem poder acessar esse conhecimento. Segundo o autor, os seus detratores parecem querer nivelar novamente a hierarquização do acesso aos saberes, e com isso retroceder no que foi feito pela Companhia de Jesus.

A argumentação continua, mostrando que Portugal, a bem das suas colónias, sempre manteve o seu império à custa da guerra. Os estudos são, assim, uma forma de manter um reino pela paz, e a guerra apenas serve como meio de chegar à paz. As escolas sustentam o bem de que carece o reino, fomentam o estudo das artes e ciências, a política do culto divino, a reformação das religiões, a melhoria dos costumes cristãos e ainda a administração eclesiástica e secular (p. 99).

Conclusão

A metodologia utilizada pelos autores, nesta obra, consistiu numa abordagem sistemática e em crescendo, desde a criação da Companhia de Jesus até à sua consolidação e posterior decadência, formatada numa visão antijesuítica que visava denegrir a Ordem e posteriormente derrubá-la. Foi analisado o texto *Información en la causa de los estudios de Portugal / Informação sobre a causa dos estudos no Reino de Portugal (Representação dos Jesuítas Portugueses ao Rei de Espanha)*, através de um intróito (revisão / síntese do conteúdo), fazendo um cotejo da fonte nos diversos arquivos, o que se ressalta como importante para pesquisadores do tema. A obra apresenta, por isso, um conjunto harmonioso entre um plano geral diacrónico, que expõe, resumidamente, a atividade da Ordem, com todas as implicações que esse espírito empreendedor teve, ao longo de duzentos anos. A segunda parte consistiu-se do comentário e edição do documento publicado. Atente-se no cuidado com os critérios de fixação e tradução do texto, importantes para a leitura. Com todos estes instrumentos, cabe ao leitor uma leitura atenta do documento, tentando reencontrar o ideário jesuítico subjacente e as argumentações a favor do empreendedorismo jesuítico, conforme classificam os autores. Está, por isso, em falta um mergulho maior no conceito de empreendedorismo, que teria ajudado a pensar todas as questões levantadas.

O documento vem seguido de um glossário de antropónimos, que largamente ajuda o leitor a situar as informações. Aos Jesuítas não faltou ambição, risco, capacidade organizativa, táticas e estratégias capazes de mobilizar meios, recursos pessoais e financeiros, para levar a cabo os seus intentos. Do seu ideário fez parte a teorização de um homem novo, capaz de dar resposta aos novos tempos, com um espírito cristão instruído. A educação para a excelência foi um tópico sempre presente nas suas apostas pedagógicas, enformado num espírito aceso de conversão, dentro

FERNANDA SANTOS

da lógica contra-reformista. O texto *Información en la causa de los estudios de Portugal / Informação sobre a causa dos estudos no Reino de Portugal*, que os autores publicam, constitui um documento vivo e detalhado da realidade do século XVII, eivado dos argumentos de defesa que sustentavam toda a atividade da Companhia de Jesus. No remate da sua argumentação, o autor julga, assertivamente, que, num tempo de malícia e fraqueza, é melhor não dar azo à ignorância. Resta-nos, por isso, acreditar que do espírito empreendedor dos Jesuítas sobrevivem, ainda hoje, lições tão válidas quanto esta.

Referências bibliográficas

- CALAFATE, Pedro, «Séc. XVIII», in FRANCO, José Eduardo, CALAFATE, Pedro, *A Europa segundo Portugal: Ideias de Europa na Cultura Portuguesa Século a Século*, Lisboa, Gradiva, pp. 107-128, 2012.
- DRUCKER, Peter F., «Entrepreneurship in Business Enterprise», *Journal of Business Policy*, vol. 1, 1970.
- HISRICH, Robert D., PETERS, Michael P., SHEPHERD, Dean A., *Empreendedorismo*, São Paulo, Artmed, 2009.
- KNIGHT, K., «A descriptive model of the intra-firm innovation process», in *Journal of Business of the University of Chicago*, Chicago, vol. 40, 1967.
- LEITE, Emanuel, *O fenómeno do empreendedorismo: criando riquezas*, Recife, Bagaço, 2000.
- LÉON, Pierre, *História Económica e Social do Mundo*, Lisboa, vol. 1, 1981.
- LOURENÇO, Eduardo, «Portugal e os Jesuítas», in *Oceanos*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, n.º 12, pp. 47-53, 1992.
- MANSO, Maria de Deus, «Convergências e Divergências: O Ensino nos Colégios Jesuítas de Goa e Cochim durante os séculos XVI-XVIII», in CAROLINO, Luís Miguel; CAME-NIETZKI, Carlos Ziller, *Jesuítas, Ensino e Ciência*, séc. XVI-XVIII, Casal de Cambra, Caleidoscópio, pp. 163-180, 2005.
- SCHUMPETER, J., *Capitalism, Socialism, and Democracy*, 3rd edition, New York, Harper and Row, 1950.
- WRIGHT, Jonathan, *Os Jesuítas: as Missões, Mitos e Histórias*, Rio de Janeiro, Editora Relume, 2006.